

Estudos na FGV: como fazer a desindexação.

O presidente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas, Julian Chacel, informou que a FGV constituiu uma comissão especial para estudar a desindexação da economia, procurando fixar normas e critérios que sejam claros e permanentes perante a sociedade. Segundo Chacel, a partir dessas definições, a Fundação fará exercícios numéricos sobre todas as implicações da desindexação que serão apresentados ao governo como uma colaboração.

Para Chacel, está havendo confusão em torno do assunto. A palavra desindexação, como tantos outros neologismos criados por economistas, muitas vezes com a colaboração da imprensa, é mais um caso de confusão semântica. Aquelas que se declararam a favor da desindexação nas circunstâncias atuais não estão advogando o fim da correção monetária. Apenas reconhecem que a correção monetária como está sendo praticada "corrigem demasia" e, por isso, recomendam um abrandamento da sua intensidade nos casos que cor-

respondam à inflação "corretiva", isto é, quando surgem choques de oferta que pressionam os preços através de causas que escapam à ação dos governantes.

"Acidentalidades"

Por exemplo, as chuvas anômalas que prejudicam a produção hortícola são um fenômeno aleatório, acidental, que nada tem a ver com a boa ou má condução da política econômica. Se esses elementos de pressão sobre os índices de preços não forem isolados, para fins de correção monetária, o realinhamento de preços relativos não ocorrerá como resposta da demanda. Uma eventual quebra da colheita pressiona em definitivo esse índice de correção.

Uma consequência disso é que os ativos financeiros passam a ter "um prêmio" e a exercer pressão sobre o Tesouro, quando o Estado brasileiro recorre largamente ao crédito público. Cria-se então um círculo vicioso, agravando-se o déficit do setor público que se quer conter.